

Assunto: Providências na formalização de TAC para regularização de Empresa junto ao órgão governamental para licenciamento ambiental.

2.3. Processos de Relatoria da Conselheira LEILA MARIA MARQUES DE MORAES:

2.3.1. Processo nº 000270-151/2017

Requerente(s): Ouvidoria do MPE/PA

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Providências quanto a suspensão de repasse de recursos às escolas públicas do município de Belém, em razão da utilização de verbas do "Programa Dinheiro Direto na Escola -PDDE", do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, sem a devida prestação de contas.

2.3.2. Processo nº 000055-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Executiva de Educação - SEDUC

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apura possíveis irregularidades no Processo nº 150.112/2008 (ou 127.642/2008), referente à contratação, pela SEDUC, sem procedimento licitatório (ou mesmo de dispensa ou inexigibilidade de licitação) de empresa para realização de serviço de transporte escolar no interior do Estado.

2.3.3. Processo nº 000122-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Mário Aparecido Moreira - Ex-Prefeito

Origem: 2º PJ de Redenção

Assunto: Apurar a ocorrência de atos que importem lesão ao patrimônio público e improbidade administrativa, decorrente da superposição de obras na ampliação do aeródromo do Município de Redenção, convênio firmado entre o Estado do Pará e o Município de Redenção, durante o mandato do ex-prefeito Mário aparecido Moreira.

2.3.4. Processo nº 000029-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): R.D.C.

Origem: PJ de São João do Araguaia

Assunto: Apurar de situação de vulnerabilidade da criança R.O.Q.C., no município de Brejo Grande do Araguaia.

2.3.5. Processo nº 001257-112/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Supermercado Líder

Origem: 3º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho da Capital

Assunto: Apurar falta de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais e idosos, no estacionamento da Rede de Supermercado Líder, localizado na Travessa Humaitá.

2.3.6. Processo nº 000635-112/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde - SESMA

Origem: 1º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho da Capital

Assunto: Providências no sentido de viabilizar a realização de exame médico de Arteriografia de MID para o idoso J.R.C.

2.3.7. Processo nº 002884-477/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em apuração

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar possível abandono e negligência de idoso.

2.3.8. Processo nº 000331-125/2014

Requerente(s): Serviço de Auditoria do SUS no Pará - SEAUD/PA

Requerido(s): Clínica de Cirurgia Integrada - CCI Nefro

Origem: 2º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades ocorridas na Clínica de Cirurgia Integrada - CCI Nefro.

2.3.9. Processo nº 002646-477/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Saúde de Ananindeua

Origem: 2º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Averiguar a violação ao direito fundamental à saúde, consistente na morosidade da Secretaria Municipal de Saúde - SESAÚ.

2.3.10. Processo nº 000201-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia

Origem: PJ de São Geraldo do Araguaia

Assunto: Acompanhar a Implantação do Conselho Municipal de Educação.

2.3.11. Processo nº 000290-477/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): M.P.M.L.

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar a situação de vulnerabilidade vivenciada pela Sra. Evelyn Priscilla Leal de Oliveira, pessoa com transtorno

mental.

2.3.12. Processo nº 000175-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em apuração

Origem: PJ de São Francisco do Pará

Assunto: Apurar suposto conflito familiar grave envolvendo a adolescente R.C.S.

2.3.13. Processo nº 000299-909/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus do Tocantins

Origem: 6ª PJ de Marabá

Assunto: Acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços públicos na educação de escolas das comunidades do Bacabal e Bacabalzinho, no município de Bom Jesus do Tocantins, Estado do Pará.

2.4. Processos de Relatoria da Conselheira CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO:

2.4.1. Processo nº 001122-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Fundo Municipal de Solidariedade Geração Emprego e Renda - Ver-o-Sol

Origem: 8º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar denúncia de irregularidades em projetos criados pelo Fundo Ver-o-Sol.

2.4.2. Processo nº 000252-150/2014

Requerente(s): Tribunal de Contas dos Municípios - TCM

Requerido(s): Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar irregularidade na contratação de servidores temporários.

2.4.3. Processo nº 001573-116/2013

Requerente(s): Denúncia Anônima

Requerido(s): Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar irregularidade no âmbito da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI).

2.4.4. Processo nº 007900-030/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Parauapebas

Origem: 4º PJ de Parauapebas

Assunto: Investigar sobre a saúde financeira do município de Parauapebas, inclusive para obter informações que subsidiassem

Ação Civil Pública ou Ação de Responsabilidade por Improbidade Administrativa.

2.4.5. Processo nº 000148-033/2016

Requerente(s): Conselho de Saúde do Município de Salinópolis

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Salinópolis

Origem: 2º PJ de Salinópolis

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Processo Seletivo para o cargo de Agente Comunitário de Saúde - ACS, regido pelo Edital nº 001, de Salinópolis.

2.4.6. Processo nº 000201-033/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Salinópolis

Origem: 1º PJ de Salinópolis

Assunto: Averiguar a possível ocorrência de ato de improbidade administrativa por parte do Prefeito Municipal de Salinópolis, o Sr. Paulo Henrique da Silva Gomes, por não ter prestado contas ao Legislativo Municipal referente aos recursos recebidos no

exercício de 2014.

2.4.7. Processo nº 000180-200/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Ananindeua

Origem: 2º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Averiguar suposta violação a princípios administrativos, consistente na contratação temporária por parte da Prefeitura Municipal de Ananindeua para suprir suas necessidades de

serviço público.

2.4.8. Processo nº 000016-001/2015

Requerente(s): A.B.S.

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua.

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Averiguar suposta violação ao direito fundamental à saúde de pessoa idosa por não fornecimento de medicamentos.

2.4.9. Processo nº 000048-034/2015

Requerente(s): A Coletividade

Requerido(s): Corregedoria do Departamento Municipal de Trânsito de Tailândia

Origem: 1º PJ de Tailândia

Assunto: Apurar as precárias condições de infraestrutura do Departamento Municipal de Trânsito de Tailândia - DEMUTRAN.

2.4.10. Processo nº 000711-112/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Averiguar suposta situação de risco e vulnerabilidade a que estava exposto o Sr. C.L.F.

2.5. Processos de Relatoria da Conselheira MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO:

2.5.1. Processo nº 000061-012/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Poder Público Municipal

Origem: PJ de Breu Branco

Assunto: Apurar denúncia de dano ambiental provocado por ocupação desordenada e irregular das margens do leito do largo/reservatório de tratamento da COSANPA no município de Breu Branco/Pá.

2.5.2. Processo nº 000532-125/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Centrais Elétricas do Pará S/A

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital Assunto: Apurar suposta denúncia de cobrança ilegal de tributos praticada pela REDE-CELPA em

acordo de conciliação firmado no PROCON/PA.

2.5.3. Processo nº 000066-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Nova Esperança do Piriá

Origem: Promotoria de Justiça de Garrafão do Norte

Assunto: Apurar notícia de fato sobre a contratação temporária irregular de Servidores Públicos Municipais em Nova Esperança

do Piriá/PA.

2.5.4. Processo nº 000120-440/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Ananindeua

Origem: 1º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua

Assunto: Apuara o funcionamento de estabelecimento clandestino de sucataria, denominado "Recycle 1948", o qual estaria causando dano ambiental e poluição atmosférica.

2.5.5. Processo nº 000072-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Pescadores da Região da Ilha Grande

Origem: PJ de Óbidos

Assunto: Apurar excesso de pescadores e apetrechos utilizados na captura do peixe da ilha grande, município de Óbidos.

2.5.6. Processo nº 001505-036/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Igreja Evangélica "Monte da Ciência de Deus"

Origem: 4º PJ de Benevides

Assunto: Apurar possível crime de poluição sonora praticado pela Igreja Evangélica "Monte da Ciência de Deus".

2.5.7. Processo nº 000196-911/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Marabá

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Processo Licitatório 029/2013/CEL/SEVOP/PMM, Carta Convite 006/2013/CEL/SEVOP/PMM, para contratação de empresa para construção do muro e perfuração de um poço artesiano no CAPS (Centro de

Atenção Psicossocial).

2.5.8. Processo nº 001115-036/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): A coletividade

Origem: 4º PJ de Benevides

Assunto: Apurar possíveis irregularidades perpetradas pela empresa Belfonte Fabricação de água envasada Ltda., por funcionar sem as devidas licenças ambientais.

2.5.9. Processo nº 000154-113/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em Apuração

Origem: 1º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Belém

Assunto: Apurar supostas irregularidades na instalação de antenas de Estações de Rádio Base - EBR pertencentes às operadoras de telefonia móvel VIVO e CLARO, em Edifício Residencial, localizado na Avenida Gentil Bittencourt, nº. 2157, São Brás.

2.5.10. Processo nº 000071-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Marituba

Origem: 4ª Promotor de Justiça Cível de Marituba

Assunto: Apurar possíveis irregularidades da Prefeitura Municipal de Marituba em relação à propaganda institucional.

2.5.11. Processo nº 000169-200/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Samara Santos de Oliveira Viana

Origem: 1º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Apurar possível ato de improbidade Administrativa e fraude nas Eleições 2012 por parte de 80 servidores que se valeram dos 03 meses de licença remunerada para atividade política visando benefício pessoal.

3. Apreciação de Expediente: